

## Introdução

No decorrer dos meus dois anos de mestrado, ouvi muitos comentários de professores e colegas a respeito da importância que uma epígrafe poderia ter para um paper, capítulo, dissertação ou tese. Recordo-me dessas opiniões no momento em que apresento meu trabalho, concordando com eles que esses versos ou frases assumem uma função norteadora, atuando como ponto de partida tanto para a escrita quanto para a leitura dos resultados desses nossos (às vezes, longos) períodos de pesquisa acadêmica.

A minha já está comigo há cerca de 20 anos. É de *Buffalo Soldier*, uma música de Bob Marley que me encantou pela primeira vez na época em que eu saía da adolescência. Muito antes de ter contato com Paul Gilroy, ela já me chamava a atenção por ser uma lembrança tão pacífica quanto contundente dos tempos em que os negros chegados do continente africano desembarcavam em solo americano com a alternativa de virarem escravos ou darem a vida contra essa mesma escravidão, vestindo a farda ianque numa disputa político-econômica que não era deles, a Guerra da Secessão. Porém, agora, ao concluir este estudo sobre literatura colonial portuguesa, esses quatro versos, especificamente, ganharam um novo significado para mim.

Parece-me que eles condensam, de uma só vez, as três diretrizes desta dissertação. Dizem: “Se você sabe sua história / Então saberia de onde vem / E, então, não teria que me perguntar / Quem afinal eu penso que sou”. Podemos deslocar esses versos de seu contexto original, pensando que esse “você” pode ser dirigido a um leitor brasileiro, português ou, ainda, a outro, oriundo de alguma das ex-colônias portuguesas citadas na dissertação (Moçambique, Angola ou Timor-Leste). O “eu” diz respeito a mim mesma, uma pesquisadora de mestrado brasileira que se propõe a estudar os concursos literários promovidos pela Agência Geral das Colônias entre 1926 e 1951. Um tema que, em princípio, poderia dizer respeito apenas à antiga metrópole portuguesa e aos países que foram suas colônias no passado. Não é bem assim.

Cada um desses leitores poderá vir a ter uma compreensão diferente deste trabalho. Na medida em que o “você” se refere a um brasileiro, é de se supor que ele vá tomar contato com uma temática ainda pouco privilegiada no meio acadêmico nacional (bem como na nossa sociedade em geral), que é a da ação colonial no período republicano português. Aliás, a impressão que tenho tido nestes últimos tempos é de que o nosso interesse por Portugal se encerrou no momento em que o imperador D. Pedro I embarcou de volta para participar da Revolução Constitucionalista do Porto, deixando aqui D. Pedro II sob a guarda de um grupo de tutores. A partir daí, ele leva a História de Portugal; nós ficamos com a História do Brasil. É devido a fenômenos como esse que, embora tenhamos recebido levadas e levadas de novos imigrantes portugueses nos séculos XIX e XX, principalmente nos anos 1950 e 1960, muito em função dos desdobramentos da política salazarista (de que tratam esta pesquisa) essa população nos parece, até hoje, em muitos casos, salvo exceções, invisível.

Alguns aspectos da administração colonialista também não são familiares ao leitor português. Muito tem se escrito a respeito dos períodos de dominação ultramarina portuguesa nos últimos anos, e sob vários prismas: histórico, antropológico e sociológico, por exemplo. Porém, ainda há uma lacuna bibliográfica no que se refere à análise dos produtos culturais do Estado Novo (entre eles, a produção literária colonial e o cinema de propaganda fascista-salazarista). A Revolução dos Cravos, de 1974, de esquerda, deu início a um período de negação desses artefatos coloniais produzidos ou premiados a mando dos ditadores portugueses, como se nada disso fosse parte constituinte do século XX do país. Esta pesquisa propõe a evidenciação dessa temática sem, contudo, pender ao endosso ou condenação de seus autores ou apoiadores.

Por ser brasileira e recém-chegada à área de Letras (minha formação é em Comunicação Social, por mais de uma década fui repórter de jornais), passei por momentos de insegurança e hesitei em entender o viés português dessa forma, ainda que já tivesse familiaridade com questões contemporâneas do país. Era temerário, para mim, assumir que algumas temáticas tivessem sido (deliberadamente) relegadas a segundo plano. Até que encontrei, em outubro do ano passado, em Lisboa, o livreiro Pedro Castro e Silva, que enfaticamente me incentivou a dar continuidade à pesquisa, justamente por detectar a ausência de títulos que tratassem criticamente de literatura colonial portuguesa, em Portugal. Essa hora de conversa foi elucidativa, naquele momento e dali por diante.

Aliás, essa breve estada no país foi de grande valia para a obtenção dos livros e recursos gráficos com os quais decidi trabalhar, como também para o entendimento de outros aspectos coloniais e contemporâneos da sociedade portuguesa. Sem dúvida, uma imersão importante e necessária. Foi dessa forma que pude constituir um acervo de livros e documentos coloniais originais, expandir minha biblioteca/bibliografia e fazer pesquisas em fontes primárias na Hemeroteca de Lisboa (em jornais e revistas de época como *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa*, *Bandarra*, *A Província de Angola* e *O Século*, para não falar da consulta diária às edições do *Público*).

Paralelamente, consultei os acervos bibliográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL); do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE/IUL) e do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), que vem a ser a antiga Escola Superior Colonial, localizada no bairro de Monsanto, em Lisboa. Aproveitei para deixar aqui registrado meu apreço pela política interna dessas instituições e pela gentileza de seus funcionários, que não só franquearam meu acesso à consulta dos títulos como, tantas vezes, permitiram que eu usasse os computadores, orientaram-me para que encontrasse determinada prateleira e, até, carregasse com créditos e operasse corretamente a máquina fotocopadora.

No que se refere às populações destas três ex-colônias portuguesas com que trabalho, a relevância deste estudo está na apresentação e análise de livros coloniais a partir da maneira como foram publicados. Trata-se aqui de uma retomada do passado de dominação a partir de fontes originais, e não propriamente de releituras e reescrituras dessas narrativas. A ideia é mostrar que mecanismos textuais foram usados no sentido de mobilizar e cobrar empenho dos leitores inseridos no contexto colonial português, de forma que o empreendimento econômico ultramarino estadonovista se prolongasse pelo máximo de tempo possível. É minha intenção, também, contribuir para que o debate acerca dessas ex-colônias também se acenda no ambiente intelectual brasileiro, já que a invisibilidade que paira sobre Portugal também parece se estender às regiões que, um dia, foram extensões geográficas e políticas do país.

Tanto quanto propor uma análise de mecanismos de hierarquização social postos em prática a partir de obras premiadas pelo governo português, meu investimento, nesta pesquisa, é no sentido de situar esses livros no ambiente político-econômico em que foram produzidos e comercializados. Minha intenção foi a de traçar paralelos entre

o conteúdo dessas publicações premiadas pelo governo português e a atuação social de seus autores (entre eles, administradores coloniais, jornalistas e educadores), que não só participavam da vida pública como articulistas de jornais como tinham suas vidas pessoais e profissionais noticiadas por esses mesmos periódicos. Ou seja, deixar de entender esses livros somente como pequenos paralelepípedos isolados (como diz Foucault na *Arqueologia do saber*) para localizá-los temporalmente como pontos de uma rede, ou instrumentos de ação geográfica, econômica e política – precisamente, colonizatória.

Dessa forma, esta dissertação se vincula à crítica pós-colonial contemporânea, para a qual é vital o interesse pela dimensão utilitária da literatura. É a partir dela que se faz possível o abandono do recalque proporcionado pelas construções coloniais. Minha proposta é a de me distanciar da crítica literária que prevaleceu a partir de meados do século XX, que negligenciava aspectos como esses, centrando-se em sua intransitividade. A proposta deste trabalho é oferecer uma voz que ecoe no silêncio que paira sobre a temática colonial, tanto em Portugal quanto nos novos Estados independentes, a fim de que impasses contemporâneos possam ser dissipados.

Para dar suporte teórico às minhas considerações, elegi um grupo de autores que têm proposições relevantes nos estudos pós-coloniais. Homi K. Bhabha, com seu capítulo sobre o estereótipo publicado em *O local da cultura*, pode ser considerado um guia desta dissertação. Suas análises sobre a ambiguidade colonial, percebida nos movimentos de atração e repulsa emergidos das representações (que são sempre as mesmas, porém advindas de diferentes discursos) foram fundamentais para esta dissertação. As teorizações de João de Pina Cabral, Mário Moutinho e Miguel Vale de Almeida também são de grande importância para este trabalho.

Um universo de 70 títulos premiados pela Agência Geral das Colônias em 24 edições de seus concursos literários forçou, por motivos operacionais, a eleição de três livros para minha análise. A ausência dessas escolhas tornaria impossível a realização das tarefas a que me propus, pelo menos no tempo hábil de dois anos e no decorrer de uma pesquisa de mestrado. Precisei, portanto, estabelecer alguns critérios. O primeiro, bastante prático, foi o do acesso aos títulos. A impossibilidade de encontrar as narrativas logicamente inviabilizou análises (por outro lado, autores como Henrique Galvão já haviam sido por demais citados). Visto que são publicações bastante antigas (em muitos casos, sem reedições), esse se tornou um critério importante. É claro que a dimensão

deste objeto de estudo há de permitir que outros pesquisadores lancem olhares e empenhem esforços para chegar a outras análises e conclusões a respeito desses concursos literários coloniais, ampliando o debate. Tomara que seja assim.

Dois dos livros, *Oiro africano* e *Na pista do marfim e da morte: reportagens vividas e escritas por Ferreira da Costa* atenderam a um critério temporal relevante: o primeiro, escrito por Julião Quintinha, é de 1929; o segundo, de Ferreira da Costa, é de 1944. Enquanto um foi útil na verificação de aspectos do colonialismo típico da década de 1930, o outro já revela características próprias do modelo colonial português que enfrentava os impasses advindos da proximidade do fim da Segunda Guerra Mundial (1929-1945). *Gentio de Timor*, publicado em 1935 por Armando Pinto Corrêa, foi escolhido tanto pela singularidade do relato que empreende quanto pelo fato de ter sido reeditado na íntegra. Sua segunda edição foi lançada em cerimônia de grande pompa promovida por Timor-Leste e Portugal, em novembro do ano passado. Este evento foi decisivo para a discussão, nesta pesquisa, da integração de um livro colonial ao cânone nacional de um país que foi colônia portuguesa.

Os três livros escolhidos para a análise foram premiados pela Agência Geral das Colônias nos anos em que foram primeiramente publicados. A seleção, outorga e divulgação de tais peças literárias tinha, pelo regulamento dos concursos então promovidos por esse órgão do governo português (fundado em 1924), a finalidade de fazer propaganda política da ação colonial e das conquistas territoriais do país. Os altos valores das premiações oferecidas atraíam os já citados profissionais, que anualmente inscreviam suas publicações na disputa. Muito embora a seleção ocorresse à margem da crítica literária dos jornais, esses livros tinham grande apelo junto ao público, e se revelaram grandes sucessos de vendas.

Esta dissertação é dividida em cinco capítulos. No primeiro, examino as origens e circunstâncias da criação do Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colônias. Também apresento um panorama do mercado editorial português e faço uma relação entre a biografia de alguns vencedores e textos publicados em jornais, tanto de autoria deles como a respeito de suas atuações na sociedade portuguesa.

O segundo capítulo é dedicado ao livro *Oiro africano*, que considero um relevante exemplo da maneira como se processou a representação da obra colonizatória portuguesa nos anos de 1930, década em que a ditadura estadonovista de António de Oli-

veira Salazar se constituiu e se fortaleceu. Nesse momento histórico, a obra colonial se tornou imprescindível para a sustentação econômica do Estado português. Portanto, os concursos de literatura colonial ganharam grande importância na estruturação de uma propaganda política de suporte essa empreitada.

Em seguida, faço uma análise das textualidades de *Na pista do marfim e da morte: reportagens africanas vividas e escritas por Ferreira da Costa*. No capítulo, são evidenciadas as diferenças de representação em relação à década de 1930, explicitadas na parte imediatamente anterior da dissertação. São as circunstâncias político-econômicas internacionais de 1944, ano de lançamento e premiação do livro, que proporcionam o surgimento de uma nova representação do colono português, ainda que o estereótipo e a fixidez sejam encontrados por todos os três grandes segmentos pelos quais o livro se divide.

A última parte da análise é dirigida a *Gentio de Timor*, livro relevante no contexto da dissertação por ser uma amostra de que compêndios coloniais podem vir a se tornar peças integrantes do cânone dos países independentes de Portugal, fenômeno que ocorre com esta peça editorial, em Timor-Leste. Interessa, neste capítulo, comentar o fato contemporâneo das circunstâncias da reedição de um livro colonial como este. Também revejo a atual ligação entre os dois países, na qual a situação colonial de subjugação parece ter sido obliterada em função de uma proposta de futuro e da inserção na dinâmica internacional atual dos países. O quinto capítulo é dedicado às considerações finais, em que declaro a inconclusividade deste trabalho e convido outros pesquisadores a se interessarem por esse objeto de estudo, que é vastíssimo.

A primeira edição do concurso foi realizada em 1926. As seguintes ocorreram com alterações pouco significativas até 1951, ano em que as pressões internacionais pelo fim dos processos de colonização, advindas principalmente da Organização das Nações Unidas (ONU), forçaram a revisão do Ato Colonial, documento administrativo do governo português que normatizava o emprego de mão-de-obra nas colônias e as condições para a obtenção e reconhecimento da cidadania portuguesa.

Justamente por isso, este trabalho tem seu foco nos livros premiados entre 1926 e 1951. Depois deste ano, as circunstâncias econômicas e políticas portuguesas sofrem transformações tão severas que não permitem mais um termo de comparação com o período histórico anterior. Prova disto é que, dez anos depois desta data, iniciam-se as

guerras anticoloniais que, politicamente fortalecidas pela Revolução dos Cravos, em Portugal, culminam nas proclamações de independência de Cabo Verde, Angola, Moçambique e daquelas que, então, eram colônias lusas.

Sem dúvida, esta dissertação de mestrado me permitiu um grande crescimento, a começar pela ampliação dos meus horizontes intelectuais, da minha vivência pessoal/profissional e da minha sensibilidade enquanto habitante deste planeta em vertiginosa transformação. Sou grata a todos os que me ajudaram, de uma forma ou de outra, na consolidação deste trabalho. Além de ter acesso a leituras a que antes, por falta de conhecimento, não me proporia, aprendi (ou, pelo menos, acho que sim) a escrever em primeira pessoa – o que, para uma jornalista de carreira, é praticamente uma heresia. Feitas essas ressalvas, só tenho a desejar que o leitor compartilhe dessa experiência, que certamente foi muito gratificante para mim.